



ISSN: 2595-5713

Vol. 2 | N°. 4 | Ano 2019

Rubilson Velho Delcano

ENTRE A VONTADE DE CONSERVAR E O DESEJO CONSUMISTA: O ANTROPOCENO NAS ILHAS UROK

BETWEEN A DESIRE TO CONSERVE AND A CONSUMERIST DESIRE: THE ANTROPOCENE IN THE UROK ISLANDS.

RESUMO: O trabalho ora apresentado se propõe a problematizar uma das múltiplas possibilidades que se têm apresentado neste “momento da bifurcação histórica” em relação ao desenvolvimento sustentável. Referimo-nos a crença atual que consiste na promoção de “ações isoladas ou particulares” para atingir um “todo”. Nossa provocação aqui tem um propósito disruptivo, sobretudo dessa ideia de “agir localmente e pensar globalmente” – tão difundido nos lides ambientalistas que, como se vê, reduz a ação ao local. A nossa postura vem reforçar, empiricamente, tomando a sociedade Bijagó de ilhas Urok como exemplo, a crítica do Porto Gonçalves em relação à “ingenuidade” dessa ideia de “ações locais” que acabam por não ganhar a proporção “global” na prática, e tenta dividir a “responsabilidade desse caos ambiental” com os povos “não ocidentais” que pouco têm contribuído para a mudança ambiental em larga escala.

Palavras-Chave: Mudança Ambiental; Ilhas Urok; Antropoceno.

ABSTRACT: This article seeks to problematize the current approach in sustainable development that emphasizes the promotion of ‘isolated or particular actions’ in order to achieve a ‘whole.’ The aim of this paper is disruptive; we suggest that there is a need to question this notion of ‘acting locally and thinking globally.’ This notion, so widespread in environmental debates, we argue, ultimately only restricts action to the local. In fact, as Porto Gonçalves suggested, these ‘local actions’ rarely attain ‘global’ proportions in practice. Furthermore, such an approach ultimately shares the ‘responsibility for this environmental chaos’ with ‘non-western’ people who have contributed little to large-scale environmental change. We propose to look at the society Bijagó of the Urok Islands as an example that further reinforces this critique.

Site/Contato

Editor

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Key words: Environmental Change; Urok Islands; Anthropocene.

ENTRE A VONTADE DE CONSERVAR E O DESEJO CONSUMISTA: O ANTROPOCENO NAS ILHAS UROK.

Rubilson Velho Delcano ¹

Introdução

Parece constituir um consenso afirmar que pelo menos a partir do período que marca a Revolução Neolítica (12.000 BC) o ser humano, homem e a mulher, tem exercido um impacto na mudança ambiental (MELLO; APARECIDA, 2019). O domínio da técnica que caracteriza tanto as formações sociais anteriores à “modernidade” (caçadores-coletores, sociedades agrícolas primitivas, grandes impérios, assim como as sociedades industriais e a sociedade atual, pós-moderna) tem impacto à “integridade”, “preservação” e biodiversidade da natureza em algum grau (GONZÁLEZ; AMADO; SAUER, 2016). Mas, como ilustram os autores Mello e Aparecida (2019), é extremamente importante que se admita claramente que estes impactos se acentuam e adquirem caráter global (antropoceno) apenas a partir da revolução industrial e da consolidação do capitalismo. Aliás, existe em voga um crescente debate dentro e fora da academia, em diversas perspectivas, que mostra uma tendência na apropriação de energia e outros recursos naturais que se acelera exponencialmente a partir da agricultura avançada – impulsionada por essa revolução industrial que consolidou a vitória do capitalismo, e que muito tem contribuído por um aumento da poluição, emissões de dióxido de carbono, desmatamento, dentre outros impactos considerados negativos para o ambiente (GONZÁLEZ; AMADO; SAUER, 2016).

E vale ainda dizer que dentro desse debate encontram-se temas em destaque como “população e recursos” ou “população e ecologia”, “capitaloceno *versus* antropoceno”, entre tantos outros, com seus adeptos, suas bibliografias, suas conferências, seu *lobby* (HOGAN, 1989). Essa mobilização acadêmico-científica a volta da problemática ambiental, impulsionada por uma forte pressão popular², deu espaço à especulação e disputas ideológicas. Isto levou uns a acreditar que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política (GONÇALVES, 2016). O que, para Gonçalves (2016), simboliza um desviar de caminho

¹ Doutorando em Economia Política Mundial/PPGEPM - UFABC/São Bernardo do Campo. Email: rubilson23@gmail.com

² Lembrando que, segundo Daniel J. Hogan (1989), os acadêmicos ou cientistas, juntando-se ao Estado, só passaram a ter envolvimento efetivo com a temática ambiental porque os movimentos sociais ambientalistas se mobilizaram primeiro, por conta de vários desastres ocorridos, pressionando uma correção na conduta de relação com a natureza, puseram essa questão na sua agenda, e que não foi fruto das nossas teorias.

das soluções práticas e técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão.

Ou seja, por outras palavras, a questão da mudança ambiental polarizou os discursos. De um lado estão os “apocalípticos” – que resgataram, a partir dos anos 90 com relação entre causas antrópicas e consequências catastróficas, a ideia do fim do mundo (DANOWSKI; DE CASTRO, 2015) e do outro lado se configuram os “polianas” ou otimistas tecnológicos que acreditam no papel redentor da técnica (HOGAN 1989; GONÇALVES 2016; et al). E, como afirma Hogan (1989), a verdade não está no meio que separa essas visões extremas. E a demanda urgente pela necessidade de se pensar uma saída para este imbróglcio não dá margens para um debate estéril.

É nessa perspectiva de superar um debate ideológico e superficial sobre a temática ambiental que o trabalho ora apresentado se propõe a problematizar uma das múltiplas possibilidades que se têm apresentado neste “momento da bifurcação histórica”. Referimo-nos a crença atual que consiste na promoção de “ações isoladas ou particulares” para atingir um “todo”. Nossa provocação aqui tem um propósito disruptivo, sobretudo dessa ideia de “agir localmente e pensar globalmente” – tão difundido nos lides ambientalistas que, como se vê, reduz a ação ao local (GONÇALVES, 2016). A nossa postura vem reforçar, empiricamente, tomando a sociedade Bijagó de ilhas Urok como exemplo, a crítica do Porto Gonçalves em relação à “ingenuidade” dessa ideia de “ações locais” que acabam por não ganhar a proporção “global” na prática, e tenta dividir a “responsabilidade desse caos ambiental” com os povos “não ocidentais”³ que pouco têm contribuído para a mudança ambiental em larga escala. O que, como afirma Porto Gonçalves (2016, p.24), “deixa de assumir a dimensão política implicada na relação entre as diferentes escalas, quando poderosos grupos operam em escalas supralocais, estimulando territorialidades sem governo (para outros)”.

Em outras palavras, essa ideia de “plantar uma árvore”, “coleta seletiva de lixo”, “desenvolva o ecoturismo”, “mantenha uma relação de equilíbrio com a natureza”, enquanto permanecer como a responsabilidade exclusiva dos povos “não ocidentais”, como os Bijagós de ilhas Urok, comprometerá o planeta. Essas ações locais, baseadas nas cosmologias e cosmovisões autóctones de relação de equilíbrio entre homem, mulher e a natureza, têm uma contribuição ínfima num quadro vasto e alarmante da emissão desenfreada de gases de efeito estufa na camada de ozônio por parte das multinacionais de países “desenvolvidos”. Segundo, as ações locais desses povos não ocidentais serão cada vez mais insignificantes, senão nulas, se ninguém agir em outras escalas.

³ Evitamos o uso do termo “indígena” tendo em consideração a origem da palavra que remete a “indigência”. Por isso preferimos tratá-los de “não ocidentais”.

E vale lembrar que a “colonialidade sobreviveu ao colonialismo” e o capitalismo ocidental, vendido como desenvolvimento, estimula todas as sociedades a ser de Primeiro Mundo (constituindo uma das acepções a serem analisadas no caso da sociedade Bijagó de ilhas Urok, na Guiné-Bissau). No caso de Bijagós de ilhas Urok, objeto empírico dessa nossa análise, observaremos até que ponto essa sociedade pode ser tomada como um dos últimos redutos no que tange ao exemplo de relação de equilíbrio entre homem, mulher e a natureza. Qual é a relação dessa sociedade com a natureza? Qual é sua visão de desenvolvimento? Como se relacionam com a economia do mercado (capitalismo) proposta pela dita globalização (aqui prestaremos atenção para o grau/nível de consumo)? Qual é o impacto global desse agir local dos Bijagós de Urok em relação à temática ambiental? Mas, antes de entrar propriamente nas questões que nortearão o desenvolvimento desta análise, vale contextualizar a sociedade bijagó de ilhas Urok e sua riqueza da biosfera.

Bijagós de ilhas Urok e suas riquezas da biosfera⁴

O arquipélago dos Bijagós, pertencente ao grupo étnico do mesmo nome, Bijagó, situa-se na Guiné-Bissau, e constitui um dos grandes monumentos do litoral oeste africano, constituído por cerca de 88 ilhas e ilhéus dispersos sobre aproximadamente 10.000 km, sendo, diga-se de passagem, um mundo à parte.

O único arquipélago deltaico da costa atlântica da África, oferece paisagens magníficas: ilhas a perder de vista, esbatendo-se num crescendo de bruma azulada, canais bordejados de mangal e palmeiras onde deslizam pirogas, bancos de areia e de lodo povoados de pássaros, povoações calmas à sombra de grandes árvores, conjuntos de dunas da “costa selvagem” da frente marítima... um mundo que parece ter guardado até os nossos dias uma profunda serenidade (IBAP, 2007).

Muito rico em recursos marítimos e não só, o arquipélago acaba por despertar interesse dos cidadãos atentos ou grupos com interesses econômicos. No caso concreto das ilhas Urok (Formosa, Nagô e Tcheden´a), nosso recorte empírico de estudo, dos mais expressivos grupos na região, além dos bijagós que são donos do chão, destacam-se os da etnia *Pepel*. Provenientes de Biombo, a parte do continente mais próxima do território Urok, os *Pepel* deslocavam-se a estas paragens com o principal intuito de explorar o palmar para a extração do óleo de palma (*siti*), visando sua comercialização no continente e para cortar a palha das *lalas*, para cobertura das

⁴ Os dados da análise que se seguem constituem o resultado de uma pesquisa de campo que efetuamos durante um período de 6 meses (janeiro-junho de 2018) nas ilhas Urok para produção da nossa dissertação de mestrado. Essa parte foi extraída de um dos capítulos da dissertação e rediscutida aqui.

suas casas em Biombo.⁵ Estas comunidades foram se estabelecendo nestas ilhas há várias gerações. Foram fixando residência e fundando tabancas/aldeias, conseguindo obter dos Bijagós, os proprietários tradicionais, o direito de usufruto temporário de terras comunitárias, nas quais passaram a cultivar os produtos de subsistência de que careciam (*idem*).

Após a colheita, estes eram levados igualmente para o continente. As comunidades papéis {*Pepel*} foram os principais responsáveis pela expansão do caju nas ilhas Urok, pois tinham tradição de cultivar este produto no continente e aperceberam-se rapidamente do seu interesse económico, aproveitando-se dos desbravamentos feitos no âmbito da agricultura itinerante, para o plantarem, logo após as colheitas, transformando, deste modo, a ocupação temporária das terras em permanente. Esta mudança cultural tem feito com que essas comunidades comecem a reclamar para si o direito fundiário das terras, até então pertença exclusiva dos Bijagós⁶.

A chegada e instalação dos *Pepel* encontram os Bijagós, sobretudo os de Urok, caracterizados pela sua forma de ser que envolve uma relação de cumplicidade homem, mulher e natureza. Em Urok, ou seja, regra geral, entre os Bijagós do arquipélago, o uso racional dos recursos, que se traduz na extração apenas da quantidade necessária para a subsistência, se deve não só ao fato desses recursos constituírem a fonte principal do regime alimentar, mas também, e sobretudo, por esses recursos servirem, dentro das regras e usos tradicionais Bijagós, de oferendas e alimentos para fins cerimoniais, sobretudo as conchas {mariscos}. Por isso, entre os Bijagós,

{...} a necessidade de garantir aprovisionamento durante estas circunstâncias constitui, de certa forma, uma garantia da sua manutenção enquanto sociedade. O carácter sagrado de algumas destas conchas preserva-os, de certa maneira, contra uma utilização não controlada. Torna-se assim evidente a integração das dimensões culturais e naturais no seio da sociedade bijagó: para continuar vivo, a cultura deve poder apoiar-se num ambiente em equilíbrio e vice-versa. Na abordagem das regras de gestão, esta dimensão que entra em interação com quase a totalidade dos recursos naturais existente nas ilhas, deve ser tomada em consideração numa forma sistemática.⁷

Os Bijagós precisam desses recursos naturais para fazer cerimônias que os conectam com os seus espíritos antepassados, sendo que a escassez desses produtos condiciona a realização dessas cerimônias e que, por sua vez, compromete a manutenção da sociedade, forma de ser que acaba por contrapor o consumismo capitalista que hoje coloca em risco a sobrevivência humana

⁵ Ver o relatório intitulado “PLANO DE GESTÃO UROK, 2004-2008”.

⁶ PLANO DE GESTÃO UROK 2004-2008, p. 12.

⁷ *Ibid.*

no planeta – como referido acima. Ou seja, os Bijagós acreditam que se não fizerem cerimônias que caracterizam a religião local, a sociedade estará desorientada e, assim, amaldiçoada pelos seus ancestrais. Por isso, a pesca tradicional bijagó é essencialmente de subsistência – acreditam que é a forma mais viável de garantir um devir próspero, cheio de recursos haliêuticos para sua subsistência e para as cerimônias de manutenção religiosa.⁸

Normalmente, o material utilizado na atividade de pesca de subsistência se resume geralmente a “uma rede de arremesso ou de mão (*ridi de mon*), algumas linhas de mão (*linha di mon*) e arpões ou *canhaco*. A pesca é, na maioria dos casos, individual e destinada ao consumo imediato” (UROK, 2004, p. 13). É essa forma de ser, outrora, dos bijagós que contribui fortemente para crença de que deve se agir localmente e pensar globalmente no que toca com a temática ambiental e a busca da resposta para os nossos desafios contemporâneos nessa área. Mas, essa crença ignora a capacidade de cooptação que o capitalismo possui em relação a essas sociedades (este é um assunto que contamos desenvolver daqui a pouco). Todavia, são as cerimônias que mobilizam o maior número de pescadores.

Os pescadores se articulam entre si para pescar a quantidade necessária de peixes ou mais produtos marítimos solicitados para cerimônias. Quando é para cerimônia de homens e mulheres, as tarefas são divididas. As mulheres ficam responsáveis por apanhar as conchas. E nós homens os peixes. Estes eventos {grandes cerimônias} determinam a confecção de grandes armadilhas de pesca, as *gambuas*, que fazemos com troncos do mangal ou com folhas de palmeira, nos quais os peixes penetram durante a maré-alta e ficam aprisionados na baixa maré. Armadilhas do mesmo tipo eram feitas antigamente pelos nossos antepassados em pedra, mas foram sendo abandonadas devido à rarefação dos peixes.⁹

Pode se perceber, a partir da fala do entrevistado, uma mudança na estratégia de pesca em grande quantidade, no que se refere a grandes armadilhas de pesca, em que se utilizam as *gambuas*. Se os seus antepassados usavam antigamente o método de *gambua* feito à pedra, passaram a usar troncos do mangal ou folhas de palmeiras. Esta estratégia nova visa à adequação devida à rarefação dos peixes nos dias de hoje em Urok. Explicitamente, o entrevistado admite que hoje as pedras, outrora utilizadas pelos antepassados, não conseguiriam garantir o aprisionamento dos peixes. Percebe-se aqui que a cultura prática Bijagó, no seu próprio dinamismo, atendendo as demandas da mudança social, sobretudo a rarefação dos peixes provocado pela pesca desenfreada e em grande volume dos barcos de pesca chineses e europeus

⁸ A conservação ou relação de equilíbrio com o meio ambiente aqui se tornou um estilo de vida que assume uma função obrigatória, e que garante a coesão, e mantém a estrutura social “saudável”.

⁹ Um chefe de família pescador entrevistado; Tradução nossa do kriol.

nessa zona, consegue se reinventar para se adequar ao novo.¹⁰ Eis o indício para a confirmação da postura que assumimos no início deste trabalho de que essas sociedades não são estáticas e que a globalização (capitalismo) penetrou nesses espaços o suficiente para reconfigurar a relação homem e mulher com a natureza.

A globalização, reforçada pelas influências externas, se faz sentir no sistema tradicional Bijagó nos dias de hoje, sobretudo em Urok. Hoje em dia os recursos das ilhas precisam ser conservados através de uma política que envolve muitas regras na forma de extração. A necessidade de conservação que outrora era estilo de vida de um povo (o Bijagó), inserido na estrutura de poder consuetudinário, com a “modernização” virou uma obrigação – uma lei do direito positivo.¹¹ E mesmo virando uma proibição acordada legalmente entre os residentes, sob mediação da ONG Tiniguena e do poder estatal, através do sistema judiciário, as explorações indevidas parecem persistir no presente. Os Bijagós de Urok acusam o próprio governo de emitir licenças de pesca indevidas a multinacionais que depois desrespeitam os usos e costumes locais de conservação, também acusam outros grupos étnicos nacionais de fomentar as práticas que põem em causa a sustentabilidade dos recursos ambientais da região. Aliás, no primeiro Plano de Gestão (2004-2008) que marcou a criação da AMPC-Urok documentaram essas acusações.

Os papéis {*Pepel*} vinham nos primeiros tempos às ilhas *Urok* com o objetivo de realizar campanhas periódicas na estação seca. Estas campanhas visavam a exploração de certos recursos de que tinham necessidade, tais como a palha para cobrir casas, regime da palmeira e mariscos, destinando-se este último para fins comerciais. Com o decorrer do tempo, estes acampamentos, outrora sazonais, passaram a ter um carácter mais permanente, a tal ponto que a população de etnia papel {*Pepel*} passou a ser maioritária na ilha de Nagô {uma das três ilhas que compõem Urok}. O impacto sobre as conchas foi elevado, acarretando uma diminuição importante da maioria das espécies. O exemplo mais visível neste sentido refere-se aos *gandim*, procurados pela sua carne e pelos seus opérculos, nos bancos ao largo de *Uada*, de *Bampion* e à volta da ilhota de *Manramba*, que se transformou num verdadeiro “cemitério” de conchas. Esta espécie tornou-se difícil de encontrar à volta das ilhas Urok. Como as barbatanas dos cartilagosos, os opérculos de “*gandim*” são também procurados deliberadamente para satisfazer o mercado asiático.¹²

Nesta citação vimos o provável destino de alguns produtos da região, quais sejam, as barbatanas dos cartilagosos, os opérculos de *gandim*, todos levados para ser comercializado no mercado externo ao continente africano, neste caso concreto o mercado asiático. “Os *Pepel* vendem esses produtos aos outros comerciantes com mais poder de compra e estes os levam para

¹⁰ Ou seja, os acordos de pesca que o Estado da Guiné-Bissau efetua com esses países e organizações internacionais para pesca nas ilhas bijagós desconsidera a relação de equilíbrio que esta sociedade tenta manter com a sua natureza, e os residentes precisam criar mecanismos de pesca para manter suas práticas culturais.

¹¹ Referimos a mobilização comunitária que acabou por criar condições para instituição de regras e leis que motivaram a transformação das ilhas Urok em Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC-Urok).

fora do país ou do continente” (PGU, 2004-2008). As acusações contra os indivíduos pertencentes ao grupo étnico *Pepel* não se limitam à venda dos produtos supracitados. Esses indivíduos ainda são acusados também de mudar a paisagem das ilhas Urok.¹³

Segundo os residentes ouvidos durante nossa expedição a campo (de janeiro a junho de 2018), os indivíduos pertencentes ao grupo étnico *Pepel* são os principais responsáveis pela expansão do caju nas ilhas Urok, “pois tinham tradição de cultivar este produto no continente e aperceberam-se rapidamente do seu interesse económico, aproveitando-se dos desbravamentos feitos no âmbito da agricultura itinerante, para o plantarem, logo após as colheitas, transformando, deste modo, a ocupação temporária das terras em permanente”.¹⁴ Segundo o documento intitulado Plano de gestão Urok (2004-2008), a que tivemos acesso, “a produção de caju não só está mudando a paisagem, haja vista que o cajucultura empobrece o solo, mas também altera as ordens de prioridades” (p. 13).

Presentemente, o caju afirma-se como a cultura de renda por excelência das ilhas Urok, aquela que atrai os comerciantes a estas paragens, que trazem arroz e outros artigos de primeira necessidade para trocarem com a sua castanha. Este fenómeno tem sido acelerado principalmente nas ilhas ou tabancas onde outros grupos étnicos, nomeadamente os papéis {pepel}, fixaram residência com carácter permanente.¹⁵

Ou seja, os *pepel* influenciaram muitas mudanças em Urok. Pelo que o documento (PGU, 2004-2008) deixa perceber, e também pelo que pudemos confirmar aquando do nosso envolvimento no campo, os *pepel* revolucionaram até a forma de pescar na região. Se outrora os Bijagós praticavam a pesca ou exploração de outros recursos na base do necessário para subsistência, hoje, segundo consta no primeiro plano de gestão Urok,

{...} com a sedentarização, alargou-se a gama dos recursos explorados pelos *pepel*. Constata-se assim, ao nível do meio marinho, a introdução de técnicas de pesca tais como o *tadja rio*, as redes redondas das mulheres e as redes de arrasto nas praias. Se as redes redondas têm um impacto insignificante, o mesmo já não acontece com as outras técnicas aplicadas, pois são pouco seletivas e, ainda mais grave, são feitas na “*barriga das ilhas*”. Assim a técnica de “*tadja rio*”, que consiste em barrar as embocaduras dos pequenos rios durante a maré-alta, captura todo o tamanho de peixe sem distinção, podendo mesmo, em certas circunstâncias, impedir a passagem dos *manatins*.¹⁶

¹² Plano de Gestão Urok, 2004-2008, p. 11.

¹³ Nos parece mais interessante neste momento focar nessas microrelações dos bijagós com outros grupos residentes em Urok. Acreditamos que é a forma mais viável de chegar as relações macro (com o capitalismo do mercado).

¹⁴ Caderno de Campo, p. 09.

¹⁵ Plano de Gestão UROK, 2004-2008, p. 13.

¹⁶ *Ibd.*

As trocas globais, aliás, a coabitação entre os *Pepel* e os Bijagós talvez tivesse(m) repercussões positivas, mas entre os Bijagós, corroborado pelo entendimento das demais instituições que participaram da elaboração do primeiro Plano de Gestão AMPC-Urok (PGU, 2004-2008), os impactos considerados negativos desta coabitação parecem ganhar mais relevo. A par dos *pepel* estão os *Nhomincas*, oriundos do Sine-Saloum no Senegal. Segundo os moradores de Urok, os *Nhomincas* também contribuíram/contribuem de maneira significativa para o aumento da exploração desenfreada dos recursos haliêuticos de Urok. O contato entre os Bijagós e os *Nhomincas*, nos moldes em que é visto hoje, é muito recente. Antes, eles vinham para o arquipélago para, sobretudo, fazer acampamentos temporários de pesca.

Faziam campanhas de pesca durante a época seca, regressando para cultivar o arroz na época das chuvas. Como os *pepel*, também se foram sedentarizando pouco a pouco, confirmando o seu grande domínio da pesca. Atualmente, estão instalados, sobretudo na ilha de Chediã {Tcheden'a}, considerado como ponto principal de passagem para a maioria dos *nhomincas* que vêm pescar no Arquipélago. Em 2003 foram recenseadas 32 pirogas nesta ilha {hoje triplicaram}. Estas pirogas motorizadas permitem aos *nhomincas* uma grande mobilidade, tanto em direção às zonas de pesca como para Bissau {capital do país}, para a comercialização das capturas. Utilizam, quer as redes de emalhar para a pesca de *ethmaloses* ou *djafal* e tainhas, quer as redes boiantes de malha de 120 mm destinadas à captura de barracudas e tubarões.¹⁷

Os *Nhomincas* são considerados também, à semelhança dos *pepel*, como parte dos orquestradores da “degeneração” dos recursos de Urok. Mas, como dispõem de materiais mais sofisticados para essas atividades, começaram a atrair interesse dos Bijagós que queriam o domínio da tecnologia *Nhomincas* no quesito pesca. Esse interesse condiciona inclusive a relação entre os Bijagós e os *Nhomincas*. Se no primeiro PG-Urok (2004-2008) destacam-se mais as “desvantagens” que a coabitação com os *pepel* provocam, em relação aos *Nhomincas* será ligeiramente diferente. No PG-Urok (2004-2008) a dimensão considerada positiva na coabitação com os *Nhomincas* vem à tona.

A presença dos *nhomincas* teve vários aspectos positivos para a comunidade bijagó. Permitiram a transferência de conhecimentos e de tecnologias, aproveitadas hoje por uma grande maioria de jovens bijagós que decidiram dedicar-se à pesca. É assim que, há alguns anos, apareceu a técnica de pesca à armadilha com anzóis (*palangre*). Trata-se de uma linha munida de várias centenas de anzóis com isca de pescado capturado com as redes de arremesso, que é colocada à tardinha na maré baixa nas zonas vazosas e retirada na maré baixa da manhã seguinte (PGU, 2004-2009, p. 13).

¹⁷ PLANO DE GESTÃO UROK, 2004-2008, p. 15.

Como vimos, os Nhomincas são aqueles que “destroem os recursos” assim como os *Pepel*, mas no imaginário dos Bijagós entrevistados por nós, tanto quanto no daqueles que participaram da elaboração do primeiro Plano de Gestão Urok (2004-2008), “diferentemente dos *Pepel*”, os Nhomincas oferecem algo em troca – a tecnologia moderna da pesca. Podemos ler nesse primeiro Plano de Gestão que “os nhomincas prestaram ainda muitos serviços aos residentes das ilhas no domínio dos transportes, pois facilitaram ligações mais frequentes entre as ilhas e o continente” (p. 13). Há um descontentamento manifesto e documentado pelos Bijagós, isto quando do momento da elaboração de políticas e regras de conservação dos recursos da região, em relação à forma como os outros grupos étnicos que compõem os residentes de Urok e os barcos de pesca internacionais interferem na exploração dos recursos naturais. Em relação aos *pepel* destaca-se mais o “componente negativo” e pouco se vislumbram os “aspectos positivos” dessa coabitação de forma explícita – isto dito em relação ao primeiro PG-Urok (2004-2008). O que ocorre de forma diferente com relação aos *Nhomincas*.

Em relação aos *Nhomincas*, os impactos negativos em destaque residem na instalação dos acampamentos temporários. Ressaltam a grande pressão exercida pelos *Nhomincas* sobre os recursos pesqueiros e a utilização de algumas artes de pesca pouco compatíveis com a produtividade durável dos recursos. “Certas espécies como os tubarões e as raias guitarra estão hoje ameaçadas por causa desta grande pressão sobre a pesca”.¹⁸ Ao mesmo tempo em que fazem esta crítica no documento supracitado, fica claro que também querem essa mesma tecnologia para eles e ainda agradecem as ajudas que recebem pontualmente dos *Nhomincas*.¹⁹ Existe um paradoxo nisso tudo que acima explicitamos. Lembremos que quando os Bijagós criticam as ações dos *pepel* em Urok no primeiro PG-Urok, da forma como apresentámos, alegam que estes “mudaram a paisagem das ilhas Urok com a produção de cajucultura que empobrece o solo”. Os Bijagós afirmam que foram os *pepel* que levaram o caju para o Urok. Aliás, este é um discurso assumido também pelas outras instituições que “estimularam/apoiaram a criação da AMPC-UROK e fiscalizam o cumprimento das regras preestabelecidas” –

¹⁸ PLANO DE GESTÃO UROK, 2004-2008, p. 15

¹⁹ Como as ações do Estado guineense são pouco visíveis em Urok, os *Nhomincas* passaram muito tempo com suas pirogas/canoas de pequena embarcação a transportar os residentes para a capital do país (Bissau). Ligando Urok, regra geral, todo o arquipélago, com a parte continental do país (inclusive a capital Bissau). Vale dizer que hoje o arquipélago dos Bijagós dispõe de dois barcos do governo que facilitam essas ligações. Mas, mesmo assim ainda existem outras ilhas onde as ligações com a capital e outras regiões são facilitadas ou pelas pirogas/canoas de grandes portes construídas e colocadas a serviço das comunidades pelas instituições do terceiro setor que atuam na região, ou pela própria iniciativa de associações ou grupos de indivíduos autóctones. Neste caso destacamos as ilhas Urok que contam com duas pirogas/canoas de grandes embarcações feitas uma pela Tiniguena e outra pela igreja Evangélica instalada na região.

Tiniguena, FIBA, RBABB e governo central através de IBAP.²⁰ E que depois foram os mesmos {pepel} que começaram a fazer o usufruto dos recursos de forma monetarizada.

Tudo isso é confirmado por quase todos os indivíduos da etnia *pepel* entrevistados por nós – envolvendo homens e mulheres. O certo também é que hoje, segundo os entrevistados supracitados, há uma forte apropriação dessas práticas por parte de muitos Bijagós de Urok.

Eles alegam que fomos nós que trouxemos caju e que nossa forma cultural de exploração de recursos não pensa no devir, talvez isso seja verdade. Estou dizendo talvez, não que seja uma verdade absoluta. Mas, há outra verdade que mereça ser dita: nós podemos até trazer caju para cá, mas não somos os únicos que dispõem de hortas de caju aqui. Aliás, sabemos bem que os Bijagós desde que descobriram que a produção de caju é menos trabalhosa e mais rentável economicamente passaram a se dedicar mais a esta atividade. Já não querem mais lavrar o arroz como antigamente, porque sabem que terão as chances de ter arroz mesmo sem lavrar. Ou seja, podem trocar a castanha de caju com o arroz. Ou melhor, podem vender a castanha e, obtendo o dinheiro em líquido, podem comprar o que quiserem. Então deviam agradecer por termos revolucionado o jeito de ser e de estar aqui.²¹

Este é o paradoxo a que referíamos no início. Pudemos ver durante nossa expedição a campo que os Bijagós de Urok hoje em dia apostam mais na produção de caju do que qualquer outra atividade. Então, não é mais uma prática exclusiva dos *pepel*, pelo menos não do jeito que ficou documentado no primeiro PGU (2004-2008). Aliás, conversando com alguns indivíduos Bijagós, donos do chão, percebemos que as suas falas confirmam essa apropriação, mesmo tendo a noção do “empobrecimento do solo provocado pela cajucultura” e o perigo da monocultura à diversificação da economia local e nacional.

{...} o Estado ou governo, sei lá, não faz nada para nós aqui. Estamos aqui abandonados à nossa própria sorte e a bondade da Tiniguena {ONG que intervém nessa região}. E a Tiniguena de hoje também não é a mesma de antes. Nossas *bolanhas* estão todas danificadas, não podemos lavrar mais o arroz nelas, pedimos ajuda várias vezes para sua reabilitação e ninguém nos ajudou. Temos necessidade de tudo praticamente. Disseram que não podemos usufruir dos nossos recursos marítimos para venda como finalidade {referindo as leis da AMPC}. A única coisa de valor {rentável} que nos resta é a campanha de castanha de caju. Apesar dos pesares, o caju ainda é o produto com mais valia na mão dos compradores/comerciantes que vêm aqui. O caju não dá muito trabalho. No mais, no caju tudo é dinheiro. A castanha tem um valor mais alto e não só, também através da fruta caju ainda posso tirar o vinho para vender ou beber um pouco {risos} {...} então prefiro a produção de caju.²²

²⁰ Esta nossa observação se deve ao fato dessas instituições serem parte integrante, quiçá fundamentais, no processo da elaboração do primeiro Plano de Gestão, onde essas questões aparecem, que desembocou na criação mais tarde da Área Marinha Protegida Comunitária de Urok (AMPC-UROK).

²¹ Uma entrevistada da etnia *Pepel*; Tradução nossa do *kriol*.

²² Um entrevistado nosso; Tradução nossa do *kriol*.

Se houvesse alguma dúvida, acreditamos que esta fala acima transcrita confirma a apropriação de “práticas estrangeiras” pelos Bijagós no que toca a algumas mudanças no sistema agrícola da região. Essas mudanças ocorrem também no usufruto dos recursos haliêuticos por parte de alguns Bijagós de Urok, sobretudo no que tange à venda ou comercialização dos recursos naturais. Ou seja, queremos aqui mostrar que hoje não só os pepel, os Nhomincas e demais grupos residentes na região vendem os produtos que outrora a venda era proibida pela tradição Bijagó, mas os próprios Bijagós, donos do chão, também se apropriaram dessas práticas. O contato com este outro (pepel, nhomincas, ONG’s etc.) reconfigurou a relação social nessa região. A sociedade de Urok está em constante transformação. A quantidade de plantação de caju em Urok demonstra que os Bijagós apropriaram dessa prática agrícola e prezam pela sua manutenção na região porque viram sua rentabilidade e também porque serve como parte da estratégia que visa dar respostas as suas necessidades sociais. Afirmamos isso porque quase todos os entrevistados nossos apontaram para essa direção.

Sempre que criticam a (não) atuação do Estado/governo na região evocam a produção de caju, entre outras atividades agrícolas²³, como formas de garantir a sua subsistência e ampliação do seu poder de compra. Através da campanha anual de castanha de caju, garantem que, se esta for bem-sucedida²⁴, conseguem angariar um valor significativo em dinheiro (também em produtos alimentícios como arroz, óleo, etc.) para compra de zínco e melhorar a cobertura das suas casas, em regra cobertas de palha e cuja estrutura deve ser trocada a cada ano. A campanha de comercialização de castanha de caju tem servido, não só para Urok, mas em todo o país como estratégia econômica para a redução da pobreza na Guiné-Bissau.²⁵ Com efeito, a campanha de comercialização da castanha de caju tem aumentado os rendimentos dos agricultores, sobretudo os das ilhas Urok.

A produção de caju tem nos servido de suporte econômico. Consigo manter ou garantir o sustento da minha família através da campanha de comercialização de caju. Nessa época, como tenho três hortas de caju, minha família, meus pais, meus filhos e minhas duas esposas se dedicam a recolha de castanha de caju para a venda ou troca na mão dos comerciantes que vêm aqui. Através de caju consegui mudar o aspecto visual das minhas três casas, como pode ver. Agora estão cobertos com o zinco. Tudo isso é graças a produção de caju. A campanha

²³ Produção de caju não é a única atividade agrícola de que sobrevivem, hoje em dia, os indivíduos residentes das ilhas Urok. Existem outras, aliás, já supracitadas. Mas, a produção de caju se tornou a atividade mais rentável economicamente e menos trabalhosa. Então, quando chega o período da campanha de comercialização da castanha de caju no país todas as outras produções agrícolas se comprometem. Os indivíduos se concentram mais em caju e abdicam das outras atividades.

²⁴ Haja vista que o sucesso da campanha de caju depende sempre do valor da castanha a cada ano no mercado nacional e internacional.

²⁵ Sobre este assunto recomendamos vários relatórios econômicos do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), como também os relatórios de Índice de Desenvolvimento Humano da ONU sobre a Guiné-Bissau.

foi um sucesso ano passado, a castanha conheceu o valor mais alto da sua história de comercialização aqui em Urok, consegui garantir tudo um pouco que hoje temos para nossa subsistência nessa época. Também deu para ajudar no pagamento da escola das crianças que estudam aqui e as que estudam em Bissau. Espero que corra {a campanha} da melhor maneira possível este ano também (risos).²⁶

Como podemos notar, a produção de caju em Urok se tornou numa atividade de fundamental importância para a economia local, e oferece créditos para o entendimento das visões e percepções que a sociedade em estudo possui do processo de mudança/desenvolvimento. Através da produção de caju, com o recurso obtido na campanha, conseguem se sustentar e se reproduzir enquanto sociedade, e minimizam suas necessidades econômicas, sociais e culturais. Ou seja, o consumismo capitalista compete aqui com a vontade de manter as práticas tradicionais de relação equilibrada com a natureza. Podemos dizer que, regra geral, os Bijagós enfrentam o desafio da expansão do capitalismo com as suas necessidades sociais ao mesmo tempo em que procuram preservar a sua cultura prática de conservação da natureza. E como o capitalismo selvagem é sempre insaciável, sobretudo pela sua dimensão consumista, isso tem suscitado visões paradoxais dentro da sociedade de Urok, em especial em relação ao que se deve preservar. Tanto são paradoxais as visões que chegou uma dada altura em que um grupo, membros da sociedade de Urok, teve a iniciativa de se articular para debater os caminhos e as providências a serem seguidas para uma (re)adaptação às exigências (ou força) do mercado capitalista que chegou a região. Referimo-nos à transformação das ilhas Urok em Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC-UROK), em 2006.

Para não concluir...

Ao mesmo tempo em que os Bijagós lutam para manter sua tradição cultural e de conservação da natureza, eles têm enfrentado o desafio capitalista de atender suas demandas econômicas e sociais, bem como do mercado regional, nacional e global. Essas demandas se atrelam, por exemplo, ao desejo de possuir celulares smartphones e outros aparelhos digitais, o de ter dinheiro para comprar roupas e pagar a escola dos filhos, tanto os que estão estudando nas ilhas Urok, como para manutenção dos outros filhos que acabaram por atingir um nível escolar mais avançado, e foram para Bissau ou outras regiões de maior fluxo demográfico, e com maior concentração de serviços e instituições públicas.

Resumindo, as necessidades sociais da população, impostas pelo capitalismo, levam-na a violar as regras tradicionais de conservação dos recursos haliêuticos e, sobretudo, passam a

²⁶ Um entrevistado; tradução nossa do kriol.

pescar grandes quantidades ou espécies de valor comercial para vender em troca de outros produtos que não existem na ilha, o que implica infringir as técnicas e normas de captura.

Efetivamente, está a ser difícil cumprir as regras tradicionais de conservação. A forma de ser Bijagó está a ganhar outra moldura e eles têm a noção disso. A mudança chegou e a sociedade está em conflito no seu interior. Portanto, a perspectiva que alega que o debate ambientalista, que por sua vez adquire fortes conotações esquizofrênicas sobre a extrema gravidade dos riscos que o planeta enfrenta, ultrapassa as pífias e tímidas propostas do gênero “plante uma árvore” (GONÇALVES, 2016), quando analisamos os desafios da sociedade bijagó de ilhas Urok. Deve se tomar em consideração que até essas sociedades que nomeamos como últimos redutos no exemplo da relação que devíamos estabelecer com a natureza já estão a enfrentar os desafios capitalistas, e promovem, aos poucos, no seu interior, o consumismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. B. M. **Implementação de sistemas de gestão ambiental em áreas protegidas.** Dissertação (Mestrado) Engenharia do Ambiente, Gestão e Sistemas Ambientais - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

AMARAL, Ilídio. Introdução. **Importância do Sector Informal da economia urbana em países da África subsaariana.** Finistera – Universidade Nova de Lisboa. XL, Vol. 79, p.10-29, 2005. Lisboa.

AMIN, Samir. **Accumulation à l'échelle mondiale.** T. 1 & 2. Paris: Anthropos, 1970.

_____. **Modernité, religion et démocratie:** critique de l'eurocentrisme, critique des culturalismes. Lyon: Parangon/Vs, 2008.

_____. La seconde vague d'émancipation des peuples: un “remake” du XXe siècle ou mieux? **Pambazuka**, n. 126, 6 décembre, 2009. Disponível em: <<http://pambazuka.org/fr/features/60840>>. Acesso em: 24 dez.2019.

BARROS, Miguel. A economia informal e estratégias juvenis em contexto da contingência. In: Furtado, Claudio A. (Org.) **Diálogos em trânsito:** Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas, ed. EDUFBA. Salvador, 2017. p.54-71.

BARQUERO, António, V. **Desenvolvimento Endógeno em tempo de globalização.** Tradução de Ricardo Brin, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

COSTA, Augusto. **Economia e desenvolvimento humano, Estudo de um caso:** Guiné-Bissau. Bissau: s. n. Tradução de Ricardo Brin. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

DANOWSKI, Debora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Ed.). **Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins.** Desterro Edições, 2014.

DE MELLO, Leonardo; DE PAULA, Sara A. Anthropocene and Sustainable Development. **Springer Nature Switzerland AG Review**, v. 17, n. 14, p. 5-26, 2019.

HOGAN, D. J. População e meio ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: NPUCleo de Estudo de População – Nepo/Unicamp, 2007.

FERNANDES, Raúl M. O espaço e o tempo no sistema político Bidjogó. **Soronda**, revista de estudos guineenses. INEP, n°8, V. 8, p. 5-23, 2004.

GRÉGOIRE, E. & LABAZÉE, P. **Grands commerçants d’Afrique de l’Ouest, logiques et pratiques d’un group d’hommes d’affaires contemporains**. Paris: ed. Karthala, 1994.

GONÇALVES, Carlos V. P. O desafio ambiental. In: Emir Sader (Org). **Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.28-58.

IMBALI, Faustino. O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento. **Soronda**, Bissau: INEP, n. 08, vol 8, p. 63-89, 1989.

LOPES, C. “Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau”. Paris: Ed. Catez, UNESCO, 1983.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Lisboa: Artes Gráficas. 1987.

DOCUMENTOS

CATRY, P. Parque **Nacional do Grupo de Ilhas de Orango** MP: Plano de Gestão. UICN Bissau, 2001.

Guiné-Bissau: **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II)**. 2011. Relatório do FMI No. 11/353.

Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). 2010. **Projeto de regulamento interno**.

PANA. “Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas”. Bissau: Direção Geral do Ambiente, 2006.

TINIGUENA. **A economia local da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: dinâmicas, constrangimentos e potencialidades**. Projeto Urok Osheni (Urok é lindo). 2011.

UROK. Plano de gestão AMPC-Urok. Tiniguena. Bissau, 2014.

Recebido em: 07/11/2019

Aprovado em: 15/01/2020